



ALTERIDADE E CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE

Salustiano Álvarez Gómez¹

Na viva lembrança de Santiago Baños, sacerdote agostiniano, que sempre escutou e serviu aos outros, para quem os diferentes nunca foram indiferentes

É preciso constantemente aprofundar na dimensão de nossa condição humana, condição que tão magistralmente Guimarães Rosa resumiu como uma *travessia* que desinstala cada ser humano do seu momento existencial, e o instala na tensão dinâmica do presente efêmero com a transformação do futuro. O ser humano não nasce pré-programado ainda que geneticamente já tenha alguns elementos que o condicionam. O homem é consciente de sua condição de ser *um glorioso animal inacabado*, como afirma Xavier Zubiri. A experiência humana é uma experiência de inconformismo, caracterizando-se muito mais pelo que *pode ser* do que pelo que *já é*. A dimensão reflexiva leva-o a buscar e pensar o que *deve ser*; *ser/ poder ser/ dever ser*, consciência duma realidade patente, e consciência de uma realidade latente que cria possibilidades novas. Outras realidades são possíveis.

Teoricamente podemos definir esta experiência com duas categorias filosóficas: *exterioridade* e *anterioridade*. Ambas se complementam indicando uma realidade exterior e anterior a cada ser humano. Nascer à realidade é aparecer numa situação condicionada pelo lugar e pelo tempo, essa realidade reconhecida como cultura. Entrar no mundo significa encontrar-se com pegadas e sinais anteriores ao nascimento de cada um, uma realidade que independe de cada novo membro. Mas, ao mesmo tempo, a realidade humana, insatisfeita, inconformada e

¹ Doutor em Filosofia pela UERJ/ Universidade Complutense de Madri. Professor da PUC-MG e da Universidade FUMEC.
E-mail: <salustiano.ag@terra.com.br>.

inacabada, consciência do *poder-ser*, convive com o desejo de transformações. A cultura não somente é a forma específica da natureza humana, mas é pela cultura que o ser humano abandona e muda a natureza. Além das categorias de *anterioridade* e *exterioridade*, temos que contar com a necessidade humana de constantes inter-relações para a transformação pretendida, dimensões que podemos teoricamente definir nas categorias de *alteridade* e *transcendentalidade*. Ou seja, aquelas características humanas, socialmente inatas, capazes de provocar mudanças na humanidade nos seus níveis pessoal, interpessoal e social. Somos seres de relações e tomamos consciência da existência do outro, *alteridade*. Ao mesmo tempo conscientes de ser muito mais do que um aqui e agora, conscientes de que nossas ações têm repercussões que vão muito além de nós mesmos e de nosso tempo, *transcendentalidade*.

Se o ser encontra-se iluminado e desafiado pelo *poder ser*, ao mesmo tempo exige a reflexão de sua ação desde o *dever ser*. Este ser humano, naturalmente social, experimenta seu desejo de sociabilidade com conflitos. Recordando Kant, os homens são *insocialmente* sociáveis (SAVATER, 2005, p. 30). O *dever ser* obriga a definir sentidos de vida, interpretar realidades e idealizar utopias. Construir e reconstruir a vida é fruto da consciência da presença dos outros. Vive-se *em*, e vive-se *com*. O *outro*, alteridade, é essencial para conviver.

Trataremos da *alteridade*, experiência do outro, desde uma dimensão religiosa. Mais concretamente desde uma reflexão cristã inspirada na Filosofia e na Teologia da Libertação. Este pensamento teve seu auge no compromisso social e político de militantes e intelectuais cristãos comprometidos com as causas dos pobres e marginalizados, as chamadas *vítimas* da sociedade. Suas propostas tiveram uma função importante na organização dos movimentos populares e na democratização dos países de América Latina. A reflexão parte, portanto, duma interpretação bíblica que se fundamenta no direito de superar qualquer tipo de exclusão social, e no direito, da sociedade, de ter mudanças estruturais. Analisaremos alguns de seus princípios.

I. Consciência de um ser criado criativo numa Criação

Anteriormente nos referimos à *Anterioridade* e *Exterioridade* como categorias de compreensão da realidade. Desde uma perspectiva religioso-cristã, a primeira afirmação deriva duma revelação fundamental. Utilizamos o termo revelação como um conceito teológico. O ser humano é um ser consciente que é uma realidade surgida duma outra realidade anterior e superior.

A primeira realidade é, portanto, a Criação, termo que numa linguagem não teológica podemos identificar com Natureza. A partir do dado religioso, revelado, a natureza é uma dimensão física-espiritual, uma realidade que transcende a aparência empírica. A natureza não é somente o conjunto de elementos geográficos, as formas materiais que modelam as paisagens. É, primeiramente, o espaço onde Deus quer estar na vida, onde quer se fazer presente na multidão variada de objetos e seres vivos.

Os primeiros versos do livro do Gênesis (Gen. 1, 1-25) apresentam, como tantos outros mitos da origem da vida, a passagem de uma confusão e escuridão geral a um ordem com senso existencial e primordial. Trata-se da experiência de um *caos* infértil que se transforma em um *cosmos* belo e harmônico, organizado pela ação de um espírito de vida que paira sobre o sem-sentido estéril. Tudo, objetos e seres vivos, tem lugar nessa realidade criada que chamamos de mundo, cada qual com sua função própria e específica. Tudo mostra comunhão, Paraíso Terreal, que na sua beleza anuncia e prepara a emergência do último ser da criação, o homem. Com a obra da Criação, a revelação bíblica oferece uma cosmogonia, fruto de todo um plano idealizado para a convivência e a beleza. O espaço físico oferece uma estrutura natural ordenada e organizada, uma sensibilidade que valoriza o espaço natural como meio de convivência cósmica.

Num segundo momento, a narração bíblica passa de cosmogonia a antropogonia (Gen. 1, 27-28 e Gen. 2, 4-7). A natureza, constituída e organizada, recebe um novo ser diferenciado dos outros seres vivos, caracterizado como *imagem* e *semelhança* do Criador, marcando uma nova forma de relação e proximidade entre o homem criado e o Deus criador. A Criação tem seu sentido na criação do ser humano. Tudo é feito para o ser humano, como o Salmo 8 recordará, *o fizeste pouco menos do que um deus, o coroaste de glória e de beleza, tudo submeteste sob seus pés, oração* que claramente reforça a diferença do homem sobre o resto da natureza. O ser humano, ser criado da mesma terra, argila, experimenta a particularidade de um *sopro de vida* recebido do mesmo Criador (Gen. 2,7).

Se as culturas vizinhas a Israel, especialmente a babilônica, consideravam exclusivamente os reis como imagem e semelhança dos deuses, a revelação bíblica afirma a dignidade de todos os seres humanos, homem, mulher, camponês, nômade, pastor, artesão... na mesma e única condição humana. A mensagem do *Genesis* aporta um novo conceito de compreensão do ser humano, que depois se verá ainda incrementado na figura e mensagem de Jesus, para quem todos os seres humanos são filhos de Deus. Sem dúvida uma afirmação que superará o também limitado conceito helênico de *pessoa*, que atribuía a dignidade exclusivamente aos oligarcas, guerreiros e comerciantes das polis gregas. O cristianismo outorgará a todos os seres humanos a condição de pessoa pelo fato de serem filhos de Deus. Todos iguais, sem diferença de *escravo ou livre, homem ou mulher, grego ou judeu* como recorda a teologia do apóstolo Paulo (I Cor. 12, 15).

Mas o fato de ser um ser especial dentro da criação não outorga ao ser humano um poder ilimitado sobre todas as coisas. Nunca poderá considerar-se como O Primeiro e Único Criador. Ele se reconhece como ser criado e sente a experiência do limite. Há coisas que são de Deus e exclusivamente dele, que é o Criador. Todo o criado é em última instância de Deus. O homem não pode viver contra sua natureza. Há uma ordem anteriormente estabelecida para garantir a manutenção da vida. Não respeitar este limite conduz a negar a ordem da vida (Ge. 2, 16).

Esta realidade específica exige um compromisso particular: assumir-se como imagem e semelhança do Criador e, em consequência, manter e imitar a Criação. Historicamente, de maneira exagerada na Modernidade industrial ocidental, os termos bíblicos de *dominar e sujeitar a Terra* (Gen. 1,26) foram entendidos dentro de

um esquema de produção e de consumo. Hoje, e graças à preocupação ambiental e ecológica, estes termos são reconsiderados no que pensamos seja o espírito original de manter viva a criação. De fato, um elemento fundamental não pode ser esquecido: o sétimo dia, o dia sagrado do descanso, que exige do trabalho uma atenção peculiar para não esgotar nem a terra nem o próprio ser humano. Os verbos utilizados, *dominar e sujeitar*, não podem ser exclusivamente entendidos como formas de repressão e submissão, ainda que tenham também esta conotação, especialmente quando são utilizados durante o período régio de Israel. Mas, mesmo neste momento histórico, estes termos ainda têm um sentido de submissão à criação original, sem poder rebelar-se contra ela ou esquecê-la.

No segundo relato da Criação² I, nos capítulos 2 e 3 do livro do *Gênesis*, aparece claramente a relativização do *dominar e sujeitar* pelas atitudes de *cultivar e guardar*. Têm sentido de *cuidar e proteger*, tal como depois aparece nas invocações dos salmos quando *lahweh* é reconhecido como aquele Deus, *autêntico guarda de Israel* que *guarda, protege e cuida Israel*. Do mesmo modo os homens devem *guardar* a Criação. A atividade humana se fundamenta no trabalho e no cuidado. Supõe a transformação do ambiente natural em ambiente cultural. Seu grande desafio é tentar que a natureza seja cultura e a cultura natural. E é isto o que *Ihe* faz ser co-criador com o Criador.

Deus institui uma comunidade de Criação formada pelos seres humanos e o resto dos seres vivos, cada um com seu rosto, além do mundo vegetal e inanimado:

² Temos que lembrar que os primeiros capítulos do *Gênesis* apresentam dois relatos da Criação.

Comunidade de seres vivos e de ações transformadoras, comunidade de cuidado. Desta forma, o trabalho somente pode ser sagrado e humano quando mostre cuidado e convivência (REIMER, 2006). Como afirma repetidamente a narração da criação *Deus viu que isso era bom*, e precisa continuar sendo bom.

2. Consciência duma realidade de relações: alteridade

Fica evidente na proposta bíblica a necessidade de pautar-se por um princípio que valorize não somente as ações humanas como suas relações. Indica a consciência duma realidade externa a cada sujeito concreto. Voltamos à dimensão da *exterioridade*, ou seja, a consciência de que existe vida além do meu *eu*. Mais ainda, evidencia-se claramente a necessidade de contar com outros seres. O ser humano precisa conviver.

2.1. Primeira alteridade: Homem-Mulher

A revelação bíblica parte de uma bonita e real intuição observando a necessidade humana da comunidade: *não é bom que o homem esteja só* (Gen. 2,18), intuição que reconhece a presença e igualdade da inter-relação homem-mulher. Esta relação aparece clara em ambos os relatos da criação (Gen. 1, 26-31 e Gen. 2, 15-25). Detalhes linguísticos (como o coletivo *homem* depois explicitado em *homem e mulher os criou à imagem de Deus* em Gen. 1,26-27; ou a exclamação de *ser carne de minha carne e osso de meus ossos* em Gen. 2, 23), e detalhes simbólicos, como o fato da mulher ser formada da costela do homem e não dos pés (que significaria inferioridade) ou da cabeça (que significaria superioridade), afirmam tanto a condição da igualdade quanto a necessidade de *outro eu* diferente do meu *eu*. Se o *eu* manifesta a dimensão filosófica da *INTERIORIDADE* pessoal e subjetiva (a certeza da própria existência, a realidade do *eu*), a dimensão da *EXTERIORIDADE* leva ao encontro de outras interioridades que habitam a mesma realidade.

2.2. A consciência da experiência da existência do OUTRO

A exterioridade afirma a existência duma verdade fora do próprio eu. A necessidade de não estar sozinho reconhece distintas consciências subjetivas. A experiência do *outro* é uma realidade primeira. Trata-se dum encontro de exterioridades que se constrói na aceitação e abertura de cada interioridade. A história, o diálogo, o amor, a política, a religião e todas as ações humanas são possíveis devido à existência do *outro*. Concretamente na religião, além da experiência humana do *outro*, caberá a experiência misteriosa do *Outro*.



O *outro* aparece como possibilidade de vida. É, de fato, vida diferente da conhecida subjetivamente e que se acrescenta à experiência pessoal. Se o ser humano é imagem e semelhança de Deus, o *outro* é, igualmente, imagem e semelhança de Deus. No *outro* se manifesta a revelação criadora e originária de Deus. Mediante o *outro* aparece uma mediação que faz com que a autoconsciência se reconheça e se supere. O reconhecimento do *outro* é o reconhecimento de outra vida diferente, de outra forma de enxergar as circunstâncias e de interpretar a realidade. Em todo caso, o diferente não pode passar indiferente. Na medida em que a autoconsciência manifesta desejo de vida, o reconhecimento do diferente proporcionará mais vida. A medida da compreensão de si mesmo é a mesma medida da compreensão do *outro*.

Se não é possível viver isoladamente, pois não é bom que o homem esteja só, o *outro*, ou os *outros*, manifestam a formação e a vivência do comunitário. O *outro* se manifesta como novidade, como contrário ao nada, como negação do individualismo, como convivência. Se o *eu* consegue descobrir o *outro*, o comunitário se apresenta como a realidade da convivência de diferentes: *eu* e *nós*, que unido aos *outros* *eus* forma, em algumas línguas românicas, a experiência do *nós-outros*.

2.3. A experiência do valor do *outro*: o rosto reconhecido e escutado

O *outro* é certeza de uma realidade diferente à subjetiva. A presença do *outro* na inspiração bíblica se realiza na experiência da proximidade. O *outro* tem que ser meu próximo, ainda que fisicamente não esteja do lado. Mas esta realidade diferente apresenta-se ambivalente, como rejeição ou medo e, ao mesmo tempo, aceitação e reconhecimento.

Medo por descobrir que uma realidade diferente pode ser tanto revelação de vida como negação da vida. Trata-se de duas exterioridades que se encontram na mesma reali-

dade e descubrem suas existências. É uma relação dum *eu pessoal* com outro *eu pessoal* diferente. O diferente assusta. Ao mesmo tempo, desafia. Se outra visão da realidade pode questionar a forma de entender a vida, a presença do *outro* é uma possibilidade de outras interpretações impensadas. A visão pessoal, conhecida, será necessariamente relativizada pelas outras compreensões da realidade. O pluralismo torna-se evidente como possibilidade de crescimento.

A experiência da alteridade suscita, então, atitudes opostas. Diante da necessidade de *não estar sozinho* pode-se encontrar no *outro* um valor de revelação de mais vida e de reconhecimento de outra vida diferente. O *outro* é aquele que pode trazer a novidade e completar o vazio não encontrado subjetivamente. Por outro lado, o *outro* pode ser rejeitado, desconsiderado e até aniquilado. Aquele que é diferente pode ser considerado supérfluo e inútil. Diante do *outro* cabem duas possibilidades: comunhão ou dominação.

A aceitação do *outro* se manifesta na proximidade do reconhecimento. Utilizando a expressão bíblica, significa o encontro do *cara a cara*. É assim, por exemplo, como lahweh se revela e se encontra com Moisés (Ex. 33, 11). Recordando o texto bíblico: *lahweh falava com Moisés face a face, como um homem fala com seu amigo*. Analisando o texto, percebe-se o momento íntimo do encontro do *cara a cara*. Neste encontro brilha a racionalidade original, o infinito da sabedoria se apresentando no rosto, ali onde a ordem ontológica (o mundo como sentido) fica aberta. A atitude de reconhecer o rosto do *outro* como relação de comunhão e de vida fica patente também em outros muitos momentos fortes da experiência bíblica. Basta recordar Nm. 12, 8, quando o mesmo lahweh dá um sentido fundamental à linguagem valorizando o *falar*. O texto bíblico indica que *Eu, lahweh, tenho falado boca a boca ante o rosto*, significando a intimidade da revelação e a necessidade de proximidade nas relações humanas.

Mas esta experiência de *falar cara a cara* exige uma atitude paralela. De fato, o *outro* não somente está aí para ser visto, também tem que ser *escutado*. A consciência do reconhecimento exige escutar a voz do *outro*, ouvido pelos ouvidos, ou de outra forma, dar valor à existência do *outro* como comunhão de vida. É assim que lahweh se dirige ao seu povo pedindo “ouvir aquilo que está na nossa frente” (DUSSEL, 1973, p. 13), predisposição para ouvir, reconhecimento duma alteridade que também tem que estar disposta a escutar, para uma sociedade de práticas humanitárias, como quando solicita que *escutem as leis e os costumes que pronuncio em seus ouvidos. Aprendam e guardem em seus ouvidos para praticá-las* (Gen. 5, 1-5).

O *coração* será o símbolo da *re-ligação* de alteridades ou sua negação. Se, por um lado, aparece um coração *puro*, identificado como um coração de carne, marcado pela ternura e pelo acolhimento, também aparece como coração *duro* como a pedra, capaz de endurecer os sentimentos das pessoas. No primeiro caso basta recordar a atitude de Salomão (I Reis 5,9) quando, tendo que assumir o governo de seu povo, *conversando* com lahweh, pede um coração sábio, um coração sensível para escutar e discernir entre o bem e o mal. Atitude frequente nos sábios e profetas bíblicos, que pode ser resumida na bem-aventurança proclamada por Jesus no Sermão da Montanha (Mt. 5,8) “...bem-aventurados os do coração puro pois estarão cara-a-cara com Deus”. Esta opção de vida encontra sua felicidade na certeza futura do triunfo da fraternidade. Busca a vitória do reconhecimento da alteridade e da verdade num compromisso concreto com a construção do ser humano. Ainda que somente se possa enxergar de forma limitada, chegará o momento de ver a realidade com plena clareza. O apóstolo Paulo percebe esta certeza quando a visão seja *face-a-face*, visão que encontra sua máxima expressão não exclusivamente na fé e na esperança, mas fundamentalmente na prática da caridade (I Cor. 13, 12-13). No segundo caso nos encontramos diante da negação da experiência do *outro*. Oposto à atitude dum coração que escuta e dá valor ao *outro*, a experiência do coração de pedra cria indiferença, opressão e exclusão. Significa o totalitarismo individual que rejeita a possibilidade da novidade e da contribuição do *outro*. É a negação da imagem e semelhança de Deus em todos os seres humanos.

O episódio de Caim aniquilando seu próprio irmão Abel é um protótipo da negação do *outro*. Em lugar de viver *a necessidade do outro, a necessidade de não estar sozinho*, triunfa a indiferença de *não querer saber onde está meu irmão*. A narração bíblica é forte e precisa nos seus termos. Caim se *atira* contra seu irmão Abel. *Atirar-se* implica numa ação agressiva, prepotente, violenta, ação que provoca a exclusão da vida causando a morte. Este acontecimento se une à anterior explicação bíblica da presença do mal no mundo, na narração do chamado *pecado original*. Na verdade, é um mito antropológico sobre a origem do mal que expressa no termo *tentação* uma alusão ao ato enganador, dominador, uma intenção que pretende a superioridade ontológica, o querer ser mais do que os outros. *Tentar* é pretender ser mais do que humano; a *tentação* é querer ser superior para dominar. Opõe-se à primeira necessidade humana de viver em comunhão; um desencontro com toda a realidade criada.

A mesma experiência de desencontro e desumanização está exposta na opressão sofrida no Egito. O Faraó se nega a escutar o grito sofrido do povo hebreu. A causa é que seu coração ficou endurecido. O povo, vivendo bem ao lado do Faraó, não é ouvido. Na atitude do Faraó, a realidade do *outro* é desconhecida e, mais ainda, aniquilada.

2.4. Consciência da experiência da existência de outros vitimados

As atitudes de Caim e o Faraó apresentam a rejeição do *outro* e seu aniquilamento. Na verdade, negar a dignidade é negar a própria vida, uma forma de acabar com o *outro*, de matar o *outro*, ainda que não seja fisicamente. Matar é negar a existência do *outro*, impedindo o desenvolvimento da vida. A luta contra a negação da vida é constante na inspiração bíblica. A figura de Jesus apresenta intervenções constantes na defesa da vida: interferindo no apedrejamento da mulher considerada adúltera; pedindo amar até os próprios inimigos; perdando os mesmos carrascos; especialmente mostrando-se ressuscitado como vencedor da morte. A vida criada precisa ser mantida e desenvolvida. É aqui que se encontra a necessidade do *não matarás*. Se matar é a negação do *outro*, *não matar* é negar a negação, defender a vida, reconhecer a vida escutando o *outro*. Em Jesus o verdadeiro sentido do ser humano não é somente não matar, ainda mais, defender e promover a vida. O não matar precisa ser acompanhado da justiça e da verdade.

A denúncia será a teimosia contra o silêncio opressor. É a voz que tem que ser ouvida ainda que incomode. Jesus enfrenta os dominadores abertamente com seus *ai de vocês hipócritas* por não permitir que o povo viva com dignidade e verdade (Mt. 23, 13-27), acusando abertamente a riqueza injusta e a indiferença com o próximo.

A mesma denúncia assumida por Moisés, contrariando as leis do império egípcio e comunicando ao Faraó que lahweh escutou o clamor dos oprimidos, conheceu suas angústias e quer libertá-lo da escravidão (Ex. 3, 7). O conflito em favor da vida mostra que o ser humano, criado a imagem de Deus, tem que viver a imagem de Deus, em liberdade, comunhão e criatividade. A libertação da escravidão é uma consequência da criação. O homem criado não pode ter negada sua humanidade.

A experiência de vítimas exige compromisso para sua libertação. A imagem e semelhança entre Deus e o homem chega a seu momento pleno de identificação na figura do pobre e oprimido. O texto mais emblemático é o de Mt. 25, 31-46, quando, no chamado Julgamento Final, os justos são aqueles que se comprometem com Jesus na figura do faminto, sedento, abandonado, em definitivo, marginalizado. A alteridade cristã exige uma prática que parta das vítimas. No Antigo Testamento esta prática já está anunciada na obrigação de atender à viúva, ao órfão e ao migrante, os três grupos sociais que não podiam valer-se por si mesmos e, portanto, tinham que ser auxiliados nas relações sociais.³ A vítima sofre desumanização. Sua imagem e semelhança se desfiguram. Voltar a ser imagem e semelhança é fazer-se autenticamente humano. O caminho da divinização do homem é sua humanização, a exemplo de Jesus, Deus feito humano, que longe de aceitar a desfiguração do homem mostra sua transfiguração num rosto radiante e glorificado.

3 Tanto o órfão como a viúva, por não poderem trabalhar e, como consequência, não poderem obter seu sustento. No caso do migrante, por ter que abandonar sua terra, procurando uma nova condição mais humana daquela que tinha, sofrendo a solidão e a falta de identidade cultural.

2.5. A esperança dum novo céu e uma nova terra: a utopia da nova sociedade

A revelação cristã propõe a construção da alteridade desde o reconhecimento do próximo. Contra a experiência da negação do ser humano e sua marginalização, exige compromisso real com a transformação. O ser mais importante para Deus é o homem. Para o ser humano o mais importante é encontrar Deus na própria humanidade. A Parábola do Bom Samaritano (Lc. 10, 29-37) mostra a metodologia da ação cristã. Diante de um homem machucado, despojado, abandonado, excluído e *jogado* fora do caminho (por extensão, fora da sociedade), é necessária uma ação prática que reconheça o ser humano como próximo. Das três figuras que encontram a vítima, duas apresentam uma prática de prioridade das normas, das instituições, das obrigações burocráticas. Tanto o sacerdote como o levita estavam, de forma muito legalista, priorizando suas obrigações formais com o templo. Sua atitude era *legal* e se justificaram cumprindo exclusivamente a legalidade. Para Jesus, essa ação é insuficiente. A terceira personagem que entra em cena é o Samaritano, que depois será chamado de Bom Samaritano. E é ele que atua dentro da prática do cristianismo vivencial. É ele que vê a vítima como autêntico próximo. É ele quem

realmente reconhece a alteridade e se compromete com ela. Seus assuntos pessoais, tão importantes como os do sacerdote e os do levita, passam a ser secundários em vista da urgência da necessidade do *outro*. O Samaritano é aquele que dá mais valor ao ser humano do que aos seus interesses, comodidades, e até suas orações. Não tem medo nem de sujar suas mãos com o sangue do ferido. Jesus conclui sua parábola reconhecendo no Bom Samaritano o exemplo a ser seguido por estar disposto a ouvir, acolher e servir. Reconheceu o ferido como um igual. A sua ação promoveu a vida.

O percurso bíblico começa com a narração da Criação e termina com o apelo a uma nova criação. Mais de que uma nova criação, volta à primeira criação, àquele momento em que a existência era um paraíso por viver profundamente a comunhão entre todos os seres e objetos criados. Origem da vida, desenvolvimento da vida e, como objetivo final, plenitude de vida. Possível no reconhecimento de alteridade.

Conclusão

A presença de outras culturas diferentes em comunidades nacionais apresenta duas faces diferentes. Uma representa a atitude solidária e universalista de muitos membros

da sociedade mundial que querem ser cidadãos dum mundo sem fronteiras e deixam seus lugares de origem para cooperar internacionalmente: cientistas, professores, empresários, ambientalistas, religiosos, e tantos outros que têm como ideal contribuir por um mundo plural e harmônico. Estrangeiros que se agregam como novos membros da comunidade local. Para este grupo a alteridade é uma forma de crescimento humano. Integrando-se a outras culturas, suas vidas assumem novas visões da realidade e fornecem sua experiência coletiva e pessoal. Trata-se de um autêntico reconhecimento de alteridades para a construção duma sociedade aberta ao diálogo e ao pluralismo.

Uma segunda presença de estrangeiros pode ser motivada pela falta de segurança e possibilidades de vida em suas comunidades de origem. Neste caso, dá-se uma migração forçada e até desesperada. Não é uma opção de vida normal, mas é a fuga e a esperança para encontrar uma realidade melhor abandonando a cultura e a família. Traumatizante na grande maioria dos casos, o acesso às novas comunidades nacionais nem sempre é de acolhida e recepção. Os meios utilizados para aceder são desumanos e a morte se faz presente em seus percursos. É o caso de africanos clandestinos em países europeus, latino-americanos tentando superar os muros

que impedem chegar à América do Norte, trabalhadores de todas as partes do mundo em busca de oportunidades. São considerados juridicamente *ilegais, indocumentados, irregulares...*, em definitivo, não desejados. A sociedade recusa sua cidadania. Para eles, a vida continua sendo negada. Seu não reconhecimento expressa sua situação de vítimas. Alteridade destruída.

As comunidades humanas devem analisar a realidade e rever seus compromissos e obrigações políticas, pois é fundamental aprofundar no reconhecimento do valor do ser humano. Se, em alguns casos, a alteridade é já uma realidade reconhecida, ainda está longe de ser universal, presenciando situações desumanas e injustas nos nossos dias. É urgente sentir que a alteridade ainda é uma realidade a ser conquistada.

Referências

- DUSSEL, E. *Para una ética de la liberación latinoamericana* – Vol. I. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 1973.
- REIMER, Ivoni Richter. Criação e Bíblia, in BEOZZO, José Oscar. *Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da Criação*. São Paulo: Paulus/ CESEP, 2006.
- SAVATER, Fernando. *Ética para meu Filho*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.